



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 761/11

Ementa: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





642
ANTEPROJETO DE LEI N.º ____/2011

D. L.

Fls. 02

Súmula: Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 2.º A construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha, constantes do artigo anterior, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nos termos da lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de junho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel

Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner

MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;

Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 642/2011
AUTORIA PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 08-2011**

I - PREÂMBULO

De autoria do Poder Executivo, o presente Plano de Lei objetiva colher desta Assembleia Legislativa a devida autorização para a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha localizadas no Rio Chopim, integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu nos Municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

II - RELATÓRIO

Procedida análise da Proposta, sob a égide da competência regimentalmente imposta a esta Comissão Temática Permanente, em especial no que tange aferição do mérito que consubstancia o Projeto de Lei, temos a manifestar a integral concordância com os objetivos encaminhados na justificativa da proposição.

Cumprida a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção*

7
e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no
Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



Salientamos que a crescente demanda energética no Estado do Paraná vem aumentando vegetativamente, visto que a tendência global por consumo de energia renovável, como são as hidroelétricas, meio ecologicamente sustentável, trabalham pela manutenção e ampliação do sistema brasileiro.


Energia é sinônimo de desenvolvimento, não só regional, mas também ao Estado, pois além de possibilitar a instalação de indústrias, gera mão de obra desde a construção das Usinas, resultando em benefícios às populações envolvidas e aos cofres públicos.

III - VOTO DO RELATOR

Neste sentido, manifestamos parecer **FAVORÁVEL**, a Proposta Governamental, nada encontrando que possa obstar a tramitação processual legislativa no que diz respeito ao mérito desta Proposição, estando em perfeitas condições de merecer o exame finalístico do colegiado parlamentar desta Assembleia Legislativa.

É o parecer,
Salvo, melhor juízo.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 26 de outubro de 2011.



MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ALEP

D. L.
28
Fis.

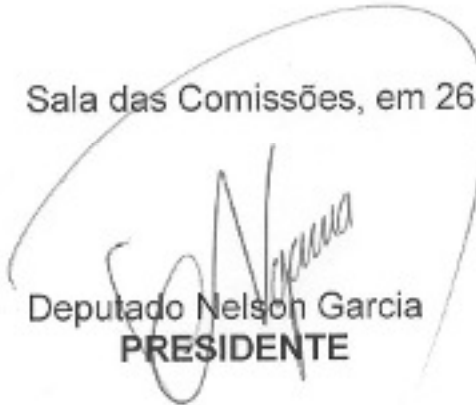
PARECER AO PROJETO DE LEI 642/11

O presente Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental 008/11 tem por objetivo autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha localizadas no Rio Iguaçu nos municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

Chamada esta Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da ALEP a se manifestar, conforme suas prerrogativas regimentais assentadas no art. 33-L entende que a matéria é de suma importância e nada obsta sua tramitação nesta Casa de Leis, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2011.


Deputado Nelson Garcia
PRESIDENTE

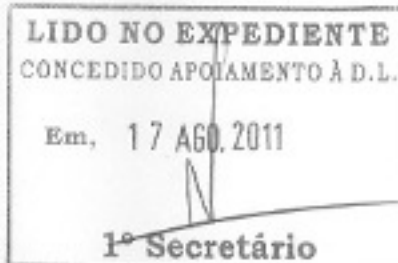

RELATOR



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 26 de abril de 2011
OF CEE/G 044/11



I - A DAP p/ leitura no ex
pedido

II - A DL p/ providências
Em, 05. agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 08/2011, relativa ao anteprojeto de lei que autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/RC

MENSAGEM N.º 08/2011

Curitiba, 13 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, o anteprojeto de lei que autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Trata-se da implantação e exploração das Usinas Hidrelétricas e respectivas instalações de interesse restrito à central geradora, atuando como produtor independente de energia elétrica, com conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Conforme Resolução Normativa n.º 1.248, de 12 de fevereiro de 2008, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Chopim Energia S.A., subsidiária da Gerdau Aços Longos S.A. e Itaguaí Comércio Importação e Exportação Ltda. e integrantes do Grupo Gerdau, a concessão para implantar e explorar as UHE's São João e Cachoeirinha, objeto do Contrato de Concessão de Geração n.º 16/2002- ANEEL.

Ainda, foi submetido ao órgão competente, neste caso o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em 08 de junho de 2001, os correspondentes EIA/RIMA, que foram devidamente analisados por aquele e, em sendo assim, foram emitidas as licenças ambientais prévias de n.º 23151 e n.º 23152, em 12 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

GABINETE DO GOVERNADOR



Insta salientar que a licença prévia é concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes da implantação.

As Usinas Hidrelétricas de São João e Cachoeirinha deverão operar, a partir de 2013, com capacidade suficiente para atender a demanda de uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes. Ainda, a construção das respectivas UHE's gerará mais de 1.500 empregos diretos, com impactos positivos na economia da região e do Estado, e sensíveis melhorias na qualidade de vida da população abrangida pelos empreendimentos, além de suplementar o potencial energético do Estado do Paraná.

Os projetos das UHE's de São João e Cachoeirinha estão inclusos no Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC-2, haja vista a urgência que o país tem em dar especial atendimento à geração de energia, insumo fundamental para o crescimento do país.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus de consideração e apreço.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 642/11

Projeto de Lei nº 642/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 008/2011

Súmula: Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, Municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

EMENTA: CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) DENOMINADAS SÃO JOÃO E CACHOEIRINHA LOCALIZADAS NO RIO CHOPIM, BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IGUAÇU, MUNICÍPIOS DE CLEVELÂNDIA E HONÓRIO SERPA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

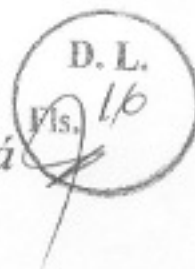
Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Entende-se por Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



reservatório maior que 3 km² (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

c. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia – é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Usina Hidrelétrica de Energia – UHE necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 10º Empreendimentos caracterizados como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH, com potência instalada acima de 10 MW, e como USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA – UHE, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II. LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI

a) Cadastro de Obras Diversas – COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico / Estudo de Viabilidade do Empreendimento;

d) Projeto Básico Ambiental - PBA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 17

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e o mesmo está conforme os ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n° 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011

NELSON JUSTUS
Presidente

ADEMAR TRAIANO
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo




REQUERIMENTO




Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/11, que objetiva autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2011.


Deputado Ademir Traiano
Líder do Governo


Caline F. Gondim
Coord. C.C.J.

recebido 25/10/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente – CEMA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2011

No dia trinta e um de Outubro do corrente ano, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente – CEMA, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 642/2011. Sob a presidência do Deputado Luiz Eduardo Cheida e na presença dos deputados Rasca Rodrigues (Vice-Presidente da Comissão), Hermas Brandão Júnior, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Elton Welter e Jonas Guimarães, constatou-se a presença de todos os deputados da comissão, dando-se início a presente reunião, o presidente Deputado Cheida, ressaltando o único projeto em pauta, passou-se a palavra ao deputado Pedro Lupion, relator do PL nº 642/2011, de autoria do Poder Executivo, que trata da autorização para construção das usinas hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, Bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, Municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná, após a leitura do parecer favorável ao projeto de lei nº 642/2011, o Deputado Pedro Lupion ressaltou a importância das construções de fontes de energias renováveis, quanto aos impactos ambientais da região ressaltou que o presente projeto já possui autorização prévia dos órgãos ambientais competentes que compete aos mesmos os estudos quantos aos impactos ambientais e autorização definitiva para a referida implantação, o presidente o colocou em discussão, não havendo quem quisesse debater, foi posto em votação, e o parecer favorável foi aprovado por unanimidade. Não tendo mais assuntos a tratar o Presidente da Comissão Deputado Luiz Eduardo Cheida encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e eu, Ana Paula Bordini Orasmo, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata, contendo uma páginas, assinada pelo Presidente da Comissão e por mim, que após lida e aprovada foi assinada pelos demais membros da Comissão.

Dep. Luiz Eduardo Cheida
Presidente da CEMA

Dep. Rasca Rodrigues
Vice-Presidente da CEMA

Dep. Cantora Mara Lima
Membro Titular da CEMA

Dep. Jonas Guimarães
Membro Titular da CEMA

Dep. Pedro Lupion
Membro Titular da CEMA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Dep. Elton Welter
Membro Titular da CEMA

Dep. Hermas Brandão Junior
Membro Titular da CEMA

Ana Paula Bordini Orasmo
Secretária da CEMA



JUSTIFICATIVA

Muitos Municípios paranaenses dependem de repasses do Estado, por meio de transferências voluntárias, para execução de ações em benefícios do interesse da população.

A Lei Complementar nº 101 tem como um de seus objetivos assegurar que os recursos sejam aplicados de forma correta e em benefício dos cidadãos, estabelecendo meios eficientes de controle e fiscalização;

O artigo 25 da Lei Complementar nº 101, em sua alínea "a", do inciso IV, do parágrafo 1º, estabelece que o beneficiário da transferência voluntária deve comprovar que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, sem estabelecer o prazo de validade dos documentos comprobatórios.

A Administração Pública deve pautar as suas ações com a observância aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, em equilíbrio com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por estas razões, é necessária a apresentação desta proposta de lei com o objetivo de estabelecer prazo semestral para a validade da certidão liberatória das transferências voluntárias.

Este sim é um prazo suficiente e razoável para que os Municípios, sem prejuízo da sua efetiva fiscalização, não sejam comprometidos no seu direito de receber novos recursos por meio de transferências voluntárias.

Ademais, a administração Pública Municipal não pode ser penalizada quando da verificação da não prestação de contas por parte das Câmaras Municipais, em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes.

A suspensão de transferências voluntária no caso de verificação de irregularidade nas contas do beneficiário tem natureza sancionatória, é o que deixa claro o parágrafo terceiro do artigo 25 da LRF, e portanto a punição aplicada a um poder, em face da irregularidade cometida, não poderá ser estendida a outro. Assim, a Prefeitura Municipal não poderá ser punida por irregularidade constatada na Câmara Municipal e vice-versa.

A sanção não deve ser estendida além da letra da Lei de Responsabilidade Fiscal, por inconstitucional e ilegal.

Assinaturas manuscritas:
Assinatura 1: [Assinatura]
Assinatura 2: [Assinatura]
Assinatura 3: [Assinatura]
Assinatura 4: [Assinatura]
Assinatura 5: [Assinatura]
Assinatura 6: [Assinatura]
Assinatura 7: [Assinatura]
Assinatura 8: [Assinatura]
Assinatura 9: [Assinatura]
Assinatura 10: [Assinatura]
Assinatura 11: [Assinatura]
Assinatura 12: [Assinatura]
Assinatura 13: [Assinatura]
Assinatura 14: [Assinatura]
Assinatura 15: [Assinatura]
Assinatura 16: [Assinatura]
Assinatura 17: [Assinatura]
Assinatura 18: [Assinatura]
Assinatura 19: [Assinatura]
Assinatura 20: [Assinatura]
Assinatura 21: [Assinatura]
Assinatura 22: [Assinatura]
Assinatura 23: [Assinatura]
Assinatura 24: [Assinatura]
Assinatura 25: [Assinatura]
Assinatura 26: [Assinatura]
Assinatura 27: [Assinatura]
Assinatura 28: [Assinatura]
Assinatura 29: [Assinatura]
Assinatura 30: [Assinatura]
Assinatura 31: [Assinatura]
Assinatura 32: [Assinatura]
Assinatura 33: [Assinatura]
Assinatura 34: [Assinatura]
Assinatura 35: [Assinatura]
Assinatura 36: [Assinatura]
Assinatura 37: [Assinatura]
Assinatura 38: [Assinatura]
Assinatura 39: [Assinatura]
Assinatura 40: [Assinatura]
Assinatura 41: [Assinatura]
Assinatura 42: [Assinatura]
Assinatura 43: [Assinatura]
Assinatura 44: [Assinatura]
Assinatura 45: [Assinatura]
Assinatura 46: [Assinatura]
Assinatura 47: [Assinatura]
Assinatura 48: [Assinatura]
Assinatura 49: [Assinatura]
Assinatura 50: [Assinatura]
Assinatura 51: [Assinatura]
Assinatura 52: [Assinatura]
Assinatura 53: [Assinatura]
Assinatura 54: [Assinatura]
Assinatura 55: [Assinatura]
Assinatura 56: [Assinatura]
Assinatura 57: [Assinatura]
Assinatura 58: [Assinatura]
Assinatura 59: [Assinatura]
Assinatura 60: [Assinatura]
Assinatura 61: [Assinatura]
Assinatura 62: [Assinatura]
Assinatura 63: [Assinatura]
Assinatura 64: [Assinatura]
Assinatura 65: [Assinatura]
Assinatura 66: [Assinatura]
Assinatura 67: [Assinatura]
Assinatura 68: [Assinatura]
Assinatura 69: [Assinatura]
Assinatura 70: [Assinatura]
Assinatura 71: [Assinatura]
Assinatura 72: [Assinatura]
Assinatura 73: [Assinatura]
Assinatura 74: [Assinatura]
Assinatura 75: [Assinatura]
Assinatura 76: [Assinatura]
Assinatura 77: [Assinatura]
Assinatura 78: [Assinatura]
Assinatura 79: [Assinatura]
Assinatura 80: [Assinatura]
Assinatura 81: [Assinatura]
Assinatura 82: [Assinatura]
Assinatura 83: [Assinatura]
Assinatura 84: [Assinatura]
Assinatura 85: [Assinatura]
Assinatura 86: [Assinatura]
Assinatura 87: [Assinatura]
Assinatura 88: [Assinatura]
Assinatura 89: [Assinatura]
Assinatura 90: [Assinatura]
Assinatura 91: [Assinatura]
Assinatura 92: [Assinatura]
Assinatura 93: [Assinatura]
Assinatura 94: [Assinatura]
Assinatura 95: [Assinatura]
Assinatura 96: [Assinatura]
Assinatura 97: [Assinatura]
Assinatura 98: [Assinatura]
Assinatura 99: [Assinatura]
Assinatura 100: [Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Lei nº 646/2011

Autor: Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães

Súmula: Estabelece prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

FUNDAMENTAÇÃO

Observa-se, inicialmente, a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Quanto à matéria em análise, tem-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente. Veja-se:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Por sua vez, a Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Veja-se, ainda, que a própria Constituição Estadual garante a prerrogativa ao parlamentar para a propositura de leis:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Assim sendo, tendo em vista que cabe a esta Casa de Leis dispor sobre Direito Tributário e Financeiro, não há óbice quanto à iniciativa legislativa.

Ademais, importante destacar a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 que **estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal** e, em seu art. 25 assim prevê:

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica; [...]

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
(grifou-se)

Deste modo, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo parlamentar não afronta a legislação atual vigente e, inclusive, vem complementar a legislação federal determinando um prazo para ser apresentada a certidão que ateste a regularidade tributária, financeira do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98, uma vez que não respeitou o seguinte preceito:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;



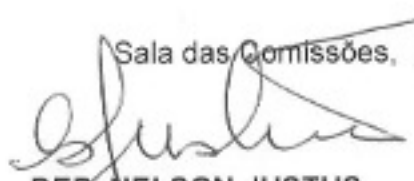
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Como o Projeto de Lei, ora analisado, não respeitou a legislação supracitada, por não seguir a ordem cronológica de numeração – uma vez que do art. 1º foi direto para o art. 3º - o projeto precisa ser devidamente adequado através de uma emenda corretiva.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** nos termos da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR








Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 646/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III, do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para enumerar o art. 3º para art. 2º a fim de adequar a legislação vigente.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR













REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 13 SET. 2011

Khury
1º Secretário

SÚMULA: Requer **REGIME DE URGÊNCIA**
para o Projeto de Lei nº. 646/11

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para o Projeto de Lei nº. 646/11, **QUE ESTABELECE PRAZO PARA AFERIÇÃO DA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA, DO PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR PREFEITURAS MUNICIPAIS.**

Sala das Sessões 13 de setembro de 2011.

*1. Bem-ha
2. Análise
3. Junta-se ao
respectivo projeto
e o projeto de
urgência
10/9/11*

VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 646/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributaria e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA

Presidente

DEPUTADA MARLA TURECK

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI 646/11

7l.27
EMENDA 01
D. L. PENAL
Fls. 27
DAP
03/10/11
[assinatura]

O Deputado que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, com fulcro no art. 137, §2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Resolução 001/05), propõe a seguinte emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº.: 646/11, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Waldir Rossoni.

O art. 1º do Projeto de Lei 646/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A certidão liberatória para a finalidade que se refere a alínea "a", do parágrafo 1º, do art. 25, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, terá validade semestral.

§ 1º. A comprovação, por parte do ente beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná em até 30 dias corridos antes do término de cada semestre.

§ 2º. O ente que não enviar as informações no prazo que trata o §1º deste Artigo, não estará apto a receber a certidão liberatória referente ao semestre subsequente, salvo se regularizar a situação no decorrer do período.

§ 3º. A certidão que atestar a regularidade de que trata o "caput", terá eficácia durante todo o período de sua validade e a sua expedição não poderá ser vinculada à prestação de contas de outro Poder.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de outubro de 2011

[assinatura]
CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual

[assinatura]
STEFANES
[assinatura]
NORMA

16:18 03/10/2011 007723 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Fl. 28

JUSTIFICATIVA

Objetiva-se com a presente emenda substitutiva ao Projeto de Lei 646/11 somente dar maior nitidez de seu conteúdo aos seus destinatários, sem, contudo, alterar o núcleo do louvável e meritório Projeto de Lei original, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Valdir Rossoni.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 36

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 646/11

Projeto de Lei nº 646/11

Autor da emenda: Deputado Cesar Silvestri Filho

Súmula: Estabelece prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por prefeituras municipais.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O
PROJETO DE LEI Nº 646/11.
POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 141
REGIMENTO INTERNO ALEP.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO NOS TERMOS DA
SUBMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tinha como objetivo estabelecer prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 37

por prefeituras municipais, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Elio Rusch.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Cesar Silvestri Filho. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 38

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



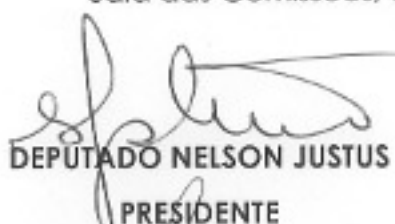
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

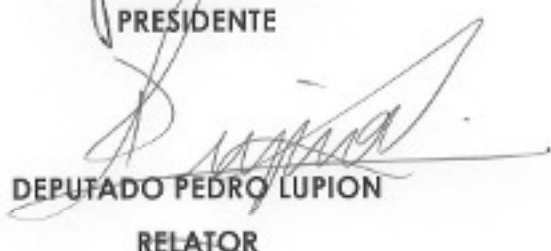
Por fim, para uma melhor técnica legislativa, apresenta-se a subemenda que segue em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Cesar Silvestri Filho, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa nos termos da subemenda em anexo.

Sala das Comissões, em 25 outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº

Súmula: Prazo de validade e eficácia da Certidão Liberatória para efeito de Transferências Voluntárias de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 1º. A certidão que atesta o cumprimento das condições previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso IV, do § 1º da Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000, com as alterações da Lei Complementar Federal 131, de 27 de maio de 2009, terá validade e eficácia de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.

Parágrafo único. Eventual irregularidade, de caráter fiscal ou administrativo, de responsabilidade do Poder Legislativo Municipal não impedirá a emissão da certidão de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2011


VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A presente emenda justifica-se para efeito de adequar e harmonizar o prazo de validade e eficácia da certidão de que trata este projeto de lei às demais diretrizes estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/00, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 131/09, sem prejuízo da segurança jurídica reivindicada pelos municípios no que respeita a eficácia da certidão expedida durante todo o seu prazo de validade.

Pravito



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PROJETO DE LEI Nº 238/11

D.L.

Fla. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 29 MAR. 2011

1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo DETRAN-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - O proprietário de veículo automotor cuja placa tiver sido clonada, terá direito à substituição da placa, após a comprovação efetiva da clonagem, mediante processo administrativo.

Parágrafo Único: O novo emplacamento e a nova documentação do veículo a que se refere o "caput" serão providenciados pelo Detran-PR sem custos para o proprietário.

Art. 2º - Concedida a nova placa, será imediatamente dado baixa no sistema da placa anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011.

Deputado CAITO QUINTANA



JUSTIFICATIVA:

A clonagem, ou cópia de placas de veículos, vem causando grandes aborrecimentos a inúmeros proprietários de veículos automotores, que inesperadamente recebem notificações sobre infrações de trânsito que não cometeram, sendo que, ao buscar detalhes sobre as ocorrências se deparam com uma chocante realidade: tiveram sua placas clonadas.

A partir daí, enfrentam grandes dificuldades para solucionar o problema, até porque o Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/1997) não previu esta possibilidade, ou seja, nem autorizou e nem proibiu a troca de placas, em qualquer hipótese.

O presente projeto não fere a vedação constitucional do inciso XI do artigo 22, eis que não se trata de interferência na legislação de trânsito, tratando tão somente da questão de placas clonadas ou copiadas que se referem à identificação e propriedade do veículo, de competência estadual, conforme inciso III do artigo 155 da Carta Magna, podendo, inclusive ser enquadrado no permissivo legal dos artigos 5º e 115-§ 1º da Lei nº 9.503/97-CNT.

Contamos, pois, com o apoio dos senhores parlamentares a este projeto que, se aprovado, virá beneficiar considerável parcela de proprietários de veículos automotores, bem como inibindo a prática desse delito que vem se tornando prática comum em nosso Estado.



PROJETO DE LEI Nº. 238/2011

AUTOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo DETRAN-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

EMENTA: CONCESSÃO NOVA PLACA. DETRAN-PR. DEVER DO ESTADO EM GARANTIA SEGURANÇA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 238/2011 dispõe sobre a obrigação do Estado em conceder através do DETRAN-PR, nova placa gratuitamente aos cidadãos proprietário de veículo automotor que tiver a placa clonada (art. 1º), e disciplina o procedimento (art. 2º) de substituição e "baixa" no sistema operacional.

Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto.

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Caíto Quintana visa criar determinação ao Poder Executivo para substituição de placa



de veículo que for objeto de "clonagem", como infeliz e rotineiramente tem acontecido em nosso Estado.

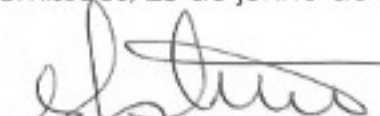
Estabelece, portanto, procedimentos para garantir direito do cidadão proprietário de veículo automotor.

Inexiste vedação para tal instituição de obrigatoriedade.

Ao contrário, sendo o Estado responsável pela garantia da segurança pública, faz-se necessário que haja, ao menos, a reposição da placa utilizada para seu cadastramento perante o órgão público que organiza o sistema estadual de trânsito.

Desta forma, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº. 238/2011** pela Comissão de Constituição e Justiça.

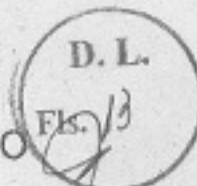
Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 238/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Caíto Quintana, Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo DETRAN -PR ao proprietário de veículo que tiver placa clonada.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, em nada podemos oferecer óbice, pois trata-se de interesse público, e visa garantir um direito do cidadão proprietário de veículo automotor, ainda a proposição do Nobre Deputado Caíto Quintana obteve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

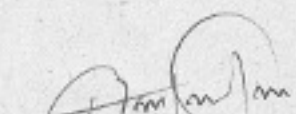
Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

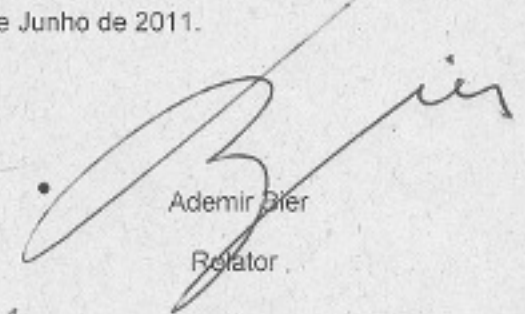
CONCLUSÃO

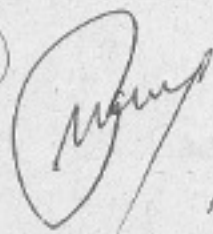
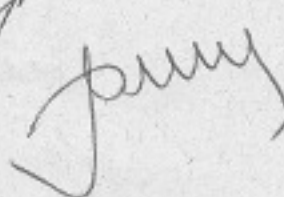
Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Doufo Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 30 de Junho de 2011.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Ademir Dier
Relator



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 238/2011

Projeto de Lei nº 238/2011

Autor: Caíto Quintana

Súmula: Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo DETRAN-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 238/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por escopo dispor sobre a concessão de nova placa pelo DETRAN-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada, após a comprovação efetiva da clonagem, mediante processo administrativo.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 238/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar considerável parcela de proprietários de veículos automotores, bem como inibir a prática desse delito que vem se tornando prática comum em nosso Estado. •

Cumprindo a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância deste processo. O **Projeto de Lei 238/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo uma ausência existente no Código Brasileiro de Trânsito, Lei nº 9.503/1997 a qual não prevê a possibilidade da clonagem de placas de veículo, bem como informações sobre a substituição das mesmas em caso da confirmação de possíveis clonagens.

D. L.
17

Este trabalho, de forma a inibir a prática direta de clonagem, estará se voltando única e exclusivamente para a melhor segurança do motorista, conforme cita o Art. 19º - Inciso III do Código de Trânsito Brasileiro, em que comenta a segurança pública como uma competência ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

Art. 19. Compete ao Órgão máximo executivo de trânsito da União:

III - articular-se com os órgãos dos Sistemas Nacionais de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, objetivando o combate à violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

(Código de Trânsito Brasileiro: Lei 9.503, 23-9-97, Brasília DF)

O projeto, de autoria do Deputado Caio Quintana, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificado, evidenciando de forma clara o seu propósito com a segurança de toda população.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado, a União e os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

O projeto em questão visa conceder uma nova placa pelo DETRAN-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver sua placa clonada. Esta proposição vem de encontro ao interesse comum e benefício de muitos proprietários de veículos automotores, já que nos últimos anos houve um aumento excessivo de veículos com placas clonadas no Estado. Tal justificativa honra um mérito grandioso desta proposição, vindo de encontro a fortes benefícios pela segurança em nosso Paraná.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 238/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 24 de outubro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



FRANCISCO BUHRER

Relator



DEPS. ANDRÉ BUENO, NEY LEIKOVSKI, STEPHANES JR, MARCELO RANGEL
E CESAR SILVESTRI FILHO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D.L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

02
8



Projeto de Lei 541 2011

Súmula: Dispõe sobre a vedação para ocupar cargos ou funções, no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica, e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam vedados de ocupar cargos de provimento em comissão, no Estado do Paraná, ou exercer funções de Secretários de Estado, Ordenadores de Despesas, Diretores de Empresas Estatais, Sociedades de Economia Mista, Fundações e Autarquias do Estado do Paraná aqueles que vierem a se enquadrar nas hipóteses abaixo elencadas, visando proteger a probidade e a moralidade administrativa:

I - os agentes políticos que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, no período remanescente e nos 4 (quatro) anos subsequentes ao término do mandato para a qual tenham sido eleitos;

II - os que tiverem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;

III - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de:

- a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) de redução à condição análoga à de escravo;
- i) contra a vida e a dignidade sexual; e

Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

IV - os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

V- os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;

VI - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;

VII - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da eleição;

VIII - os agentes políticos que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da renúncia;

IX - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos após o cumprimento da pena;

X - os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 4 (quatro) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XI - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 4 (quatro) anos após a decisão que reconhecer a fraude;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

XII - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XIII - a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado pelo prazo de 4 (quatro) anos após a decisão;

XIV - os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

§ 1º - A vedação prevista no inciso III, alínea "a" deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

§ 2º - As vedações elencadas nos incisos deste artigo não admitem interpretação extensiva ou analogia e são aplicáveis às situações que vierem a se consolidar após a publicação desta Lei.

Art. 2º. O nomeado, antes de sua posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações previstas nesta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 27 de junho de 2011.


Andre Bueno
Deputado Estadual


Marcelo Rangel
Deputado Estadual


Stephanes Junior
Deputado Estadual


Cesar Silvestri Filho
Deputado Estadual


Ney Leprevost
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Justificativa

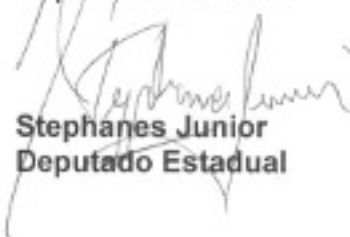
O elemento fundamental para a prática do exercício da cidadania e da democracia é a transparência. A utilização do expediente da abertura das contas pessoais no momento do ingresso à área pública traduz o espírito de transparência do gestor público, comprometido com o anseio dos cidadãos, uma vez que a investidura na carreira pública é sem dúvida um processo de servir a sociedade, e não aos seus interesses pessoais.

Este projeto visa reafirmar o compromisso de servir o cidadão com transparência e ética, abrindo um canal de democratização. Demonstrar que ascender a um cargo público significa assumir responsabilidades e ao mesmo tempo prestar conta aos que sustentam a máquina pública através do pagamento de seus impostos. Contudo, a inovação da legislação visa aprimorar o exercício da ética e da transparência no serviço público.


Sala das Comissões, 27 de junho de 2011.


Andre Bueno
Deputado Estadual


Marcelo Rangel
Deputado Estadual


Stephanes Junior
Deputado Estadual


Cesar Silvestri Filho
Deputado Estadual


Ney Leprevost
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Lei nº 541/2011.

Autores: Deputado André Bueno, Deputado Stephanes Júnior, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Ney Leprevost e Deputado César Silvestri Filho.

Súmula: Dispõe sobre a vedação para ocupar cargos ou funções, no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados André Bueno, Stephanes Júnior, Marcelo Rangel, Ney Leprevost e Cesar Silvestri Filho, tem por finalidade vedar aqueles que tenham problemas com a justiça, conforme especifica a Lei de ocupar cargos de Secretário, Ordenadores de Despesas, Diretores de Empresas Estatais, Sociedade de Economia Mista, Fundações e Autarquias do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O próprio Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná preceitua em seu art. 124:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ressalta-se, ainda, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ estabelece expressamente em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ademais, importante mencionar que a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL preza por alguns princípios, como: legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, MORALIDADE, dentre outros, nos termos do art. 37¹.

Inclusive, José Afonso da Silva assim dispõe em sua obra "Curso de Direito Constitucional Positivo"²:

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

² SILVA, José Afonso da. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. ed. 29. Malheiros Editores: São Paulo, 2007. p. 666.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Administração Pública é informada por diversos princípios gerais, destinados, de um lado, a orientar a ação do administrador na prática dos atos administrativos e, de outro lado, a garantir a boa administração, que se consubstancia na correta gestão dos negócios públicos e no manejo dos recursos públicos (dinheiro, bens e serviços) no interesse coletivo, com o que também se assegura aos administrados o seu direito a práticas administrativas honestas e probas. (grifos nossos)

Nesse sentido, ressalta-se que o Projeto de Lei epígrafado está perfeitamente alinhado com a Carta Magna, confirmada pela doutrina pertinente, seguindo fielmente os princípios supramencionados.

Assim sendo, constata-se que a iniciativa para a propositura das leis é de competência dos nobres parlamentares, sendo que o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, inclusive quanto à técnica legislativa, de acordo com a Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, 02 de AGOSTO de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

PR. Edson
Knoezke



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 541/2011

Os incisos II e VI, do artigo 1º, do projeto de lei nº 541/2011, passam a ter a seguinte redação:

***Art. 1º [...]**

II - os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;
[...]

VI - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;"

As demais disposições permanecem inalteradas.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como escopo a correção do texto original, complementando a redação no que diz respeito à expressão "trânsito em julgado".

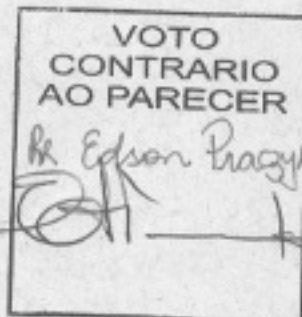
Sala das Sessões, em

Dep. Nelson Justus

PRESIDENTE

Dep. Elio Rusch

RELATOR



Dep. Nereu Moura
ABSTEVE



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 541/11

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados André Bueno, Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Marcelo Rangel e Cesar Silvestri, que objetiva dispor sobre a vedação para ocupar cargos ou funções, no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica e dá outras providências.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente na forma de emenda ao presente Projeto, nos aspectos de constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar, de acordo com o Art. 33, § 14, do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa, uma vez que se propõe ao interesse coletivo, a garantia de que a ocupação de cargo público ocorra com transparência e ética.

Desta forma, o parecer desta Comissão é FAVORÁVEL à continuidade da sua tramitação, razão pela qual somos pela APROVAÇÃO do presente projeto.

Sala das Comissões, em 30 de AGOSTO de 2011.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado WALDYR PUGLIESI

Relator

NEY LEPREVOST

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI N.º 555/2011

D. L.
Fls. 02

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Porecatu, do imóvel que especifica.

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Porecatu, do imóvel constituído por área de 8.000,00 m², formado pela Quadra n.º 92, Matrícula sob n.º 2.582, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

Art. 2º – O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade e só poderá ser utilizado para o funcionamento do Serviço de Obras Social – SOS, retornando ao patrimônio do Estado em caso de outra destinação.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

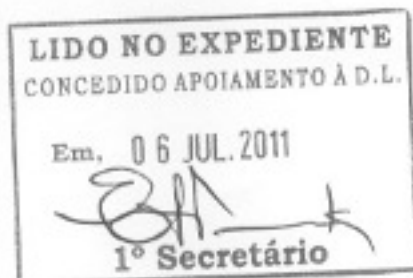
Curitiba, em 8 de junho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 13 de junho de 2011
OF CEE/G 091/11



A DT p/ leitura no ex-
pediente
A DL p/ providências
Em, 04 julho 2011
Lessa
Presidente.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 28/2011, relativa ao anteprojeto de lei que
autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de um imóvel de
propriedade do Estado do Paraná para o Município de Porecatu.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:28 06/07/2011 005217 DIP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 28/2011

Curitiba, 8 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de um imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Porecatu.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois o contrato em particular visa a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) **doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo**, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (Grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Desta forma, comprovada que a presente medida visa atender aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Porecatu encontra-se instalado precariamente o Serviço de Obras Social – SOS, o qual atende em período integral 80 (oitenta) alunos, e onde ainda irá funcionar o Programa Paranaense de Voluntariados de Porecatu* – PROVOPAR e o Centro de Assistência Social de amparo às crianças e idosos de baixa renda.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.

GABINETE DO GOVERNADOR



Desta forma, por se tratar de doação de imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, caso o donatário seja outro órgão ou entidade da administração pública, não há razão para que o legislador impeça a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 555/11

Projeto de Lei nº 555/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.028/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Porecatu, do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PORECATU. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 028/2011, objetiva autorizar o Governo do Estado a doar imóvel ao Município de Porecatu, visando o funcionamento do Serviço de Obras Sociais - SOS.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 16

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

•

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2011.

DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DEPUTADO CESAR SILVESTRI
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 555/2011

Projeto de Lei nº 555/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 028/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Porecatu, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 555/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 028/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Porecatu de uma área constituída por 8.000,00 m², formada pela Quadra nº 92 sob matrícula nº 2.582, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº555/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Porecatu, através da regularização de uma área em que se encontra instalada precariamente o Serviço de Obras Sociais do Município – SOS.

Cumpre a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 555/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população, já que com a regularização desta área o serviço de SOS poderá executar melhorias no imóvel, bem como melhor adaptar-se para o melhor atendimento a população, tudo em benefício único e exclusivo de todos.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 028/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Em sua composição, o projeto sugere a doação de uma área que será utilizada exclusivamente para ampliação dos Serviços de Obras Social - SOS no município. Este fato evidencia de forma clara o mérito desta proposição, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização a comunidade de Porecatu terá estrutura regularizada para a realização dos trabalhos sociais de forma a melhor atender a população.

III - VOTO DO RELATOR

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - CONCLUSÃO



Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do **Projeto de Lei nº 555/2011** na sua forma apresentada. O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada para fins exclusivos dos Serviços de Obras Sociais - SOS em Porecatu, trazendo ganhos indiscutíveis a toda população. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 555/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de outubro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO

Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 555/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 28/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Porecatu, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA

Presidente

Relator

Ruy

Segredo

[Assinatura manuscrita]
[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 AGO. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº.

711/11

D. L.

Fls.


A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º. – concede o “Título de Cidadão Honorário do Paraná” ao **Monsenhor Sigismundo Gadnec** (“in memorian”).

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2011.


NEREU MOURA
Deputado Estadual

1451 31/08/2011 08:08:14 DP 15120110 111510104 00 1240

JUSTIFICATIVA:

Nasceu em 17/12/1912 em Jaroszewy, na Polônia, sendo ordenado em 08/06/1941.

Serviu forçosamente ao exército alemão como padioleiro na II Guerra Mundial. Esteve na Grécia, Iugoslávia* e na Itália, ficando proibido de exercer seu ministério sacerdotal. Entretanto, recebeu a permissão dos oficiais alemães e ocasionalmente celebrava missas, confessava e dava unção aos enfermos.

Entre novembro de 1946 a junho de 1948 foi capelão de ex-combatentes poloneses.



6814

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

Em setembro de 1948 assumiu a função de vigário paroquial da Diocese de Rosário na Argentina.

Veio para o Brasil e visitou a futura Paróquia de Campo Novo (hoje Município de Quedas do Iguaçu) em 04 de agosto de 1954, que na época possuía aproximadamente 4 mil habitantes.

Em outubro do mesmo ano, retornou para Campo Novo, sendo nomeado Pároco.

Lutou incansavelmente com os posseiros para a legalização das terras. Participou da elevação de Campo Novo como Distrito de Laranjeiras do Sul e posteriormente Município.

No ano de 1970, trouxe as irmãs Franciscanas da Sagrada Família para Quedas do Iguaçu.

Construiu todas as Capelas das comunidades do interior do Município. Foi um grande incentivador da igreja através dos movimentos hoje existentes.

Em 06 de março de 1979 foi nomeado Monsenhor pelo Papa João Paulo II, em reconhecimento dos trabalhos realizados nas Igrejas dos diversos países em que passou e principalmente de Quedas do Iguaçu.

Faleceu em maio de 1994.

Por tudo que ele representou aqui na terra, deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Tenho a certeza que lá do céu está vigilante acompanhando os nossos passos e rezando por todos, pelos amigos e pelo povo de Quedas do Iguaçu, que ele tanto amava.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 711/11

Autor: Deputado NEREU MOURA

Súmula: Concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Monsenhor Segismundo Gagniedo("in memoriam").

O Projeto de Lei nº 711/2011, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem por objetivo conceder Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Monsenhor SIGISMUNDO GADNIEDO("in memoriam").

A Lei nº 13.115, de 14/02/2011, alterada pelas Leis nº 14.677, de 06/04/2005 e nº 16.213, de 17/08/2009, dispõe que:

"Art. 1º - O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis, que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4(quatro) das seguintes condições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

I – contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II – ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III – biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania;

IV – notório conhecimento e saber na área de atuação;

V – publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único – No momento da propositura, devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo."

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que, o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

No mesmo sentido, há informação da Liderança, pelo ofício anexo, de que o partido ainda possui quotas para a concessão do referido título.

Quanto aos requisitos exigidos pela Lei, restam preenchidos, eis que, dispensadas as certidões negativas de antecedentes criminais, haja vista que o Monsenhor Sigismundo Gadniedo é falecido desde 1994.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diante do exposto, analisadas a constitucionalidade e formalidade, bem como o preenchimento dos requisitos, opinamos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado CATO QUINTANA

Relator

~~ANTE~~ ⁷¹⁵ PROJETO DE LEI N.º ____/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à APAE do Município de Figueira, do imóvel que especifica.

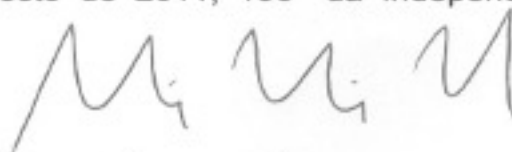
Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à APAE do Município de Figueira, de área com 2.503,01 m², constituída dos lotes 01, 02, 03, 14, 15, 16 da Quadra 6, com edificação de alvenaria, matriculados sob os n.ºs 7.802, 7.803, 7.804, 7.805, 7.806 e 7.807 do Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Art. 2º – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para desenvolvimento de serviço de assistência social aos excepcionais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º – A APAE terá o prazo de 02 (dois) anos para regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de agosto de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

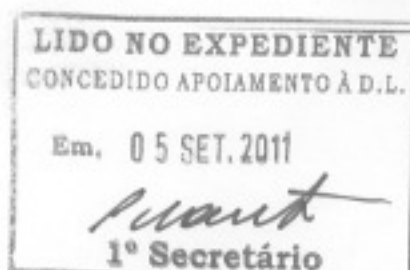


FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 30 de agosto de 2011
OF CEE/G 131/11



I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 03/09/2011
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 46/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel para a APAE do Município de Figueira.

Atenciosamente,

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado em exercício
CURITIBA – PR

MENSAGEM N.º 46/2011

Curitiba, 30 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para a APAE do Município de Figueira.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esse contrato em particular visa imóveis certos, incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício
N/CAPITAL

CTL/CEE/GAM/GUI

U

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual n.º 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos seguintes termos:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – **existência de interesse público devidamente justificado;**

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Desta forma, comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que o imóvel que o Estado pretende doar à APAE do Município de Figueira, permitirá que esta regularize a situação, visto que já se encontra instalada nele, podendo assim dar continuidade ao desenvolvimento de suas ações sociais de assistência aos excepcionais.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.

M

Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 715/11

Projeto de Lei nº 715/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 046/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à APAE do Município de Figueira, do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 046/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Figueira para desenvolvimento da APAE.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às Comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, senão vejamos:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que estabelece em seu artigo 10 caput e parágrafo único, senão vejamos:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A **LEI FEDERAL 8.666/93** em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

•

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na **LEI COMPLEMENTAR 95/98**, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2011.

→ *Caio Azeiteiro*
vice-presidente

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 715/2011

Projeto de Lei nº 715/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 46/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à APAE do Município de Figueira, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 715/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 46/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos lotes 01, 02, 03, 14, 15, 16 da Quadra 6, com edificação de alvenaria e área totalizada em 2.503,01 m² à Apae do Município de Figueira.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº715/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar a APAE do Município de Figueira, que poderá dar continuidade ao desenvolvimento de suas ações sociais em uma área regularizada, bem como, executar melhorias no imóvel destinado, para que assim possa atender melhor as necessidades da comunidade e de seus alunos excepcionais.

Cumprindo a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para regularização fundiária e emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 715/11** em **D. L.** análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a demanda emergencial da Apae de Figueira, com a regularização de sua estrutura, de forma a atender o interesse e benefícios de toda a população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 46/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Em sua composição, o projeto sugere a doação de um imóvel que pertence ao Estado do Paraná, mas, que atualmente já é utilizado pela Apae do município. Este fato evidencia de forma clara o mérito desta proposição, restando evidente grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização a Apae poderá trabalhar em sua estrutura de forma legalizada, para melhor atender a população.

III - VOTO DO RELATOR

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - CONCLUSÃO



Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do **Projeto de Lei nº 715/2011** na sua forma apresentada. O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que já se encontra em utilização pela APAE do município de Figueira, a tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste imóvel, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 715/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de outubro de 2011.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

PASTOR EDSON PRACZYK

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 715/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 46/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, a APAE do Município de Figueira, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON GARCIA

Presidente


Relator







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 OUT. 2011

Plauto
1º Secretário

- **Súmula:** Dá nova redação ao caput do artigo 1º e acrescenta o parágrafo 3º ao mesmo dispositivo da Resolução nº 008/11.

Art. 1º O "caput" do Art. 1º da Resolução nº 08, de 29 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica concedido aos integrantes do Quadro de servidores Efetivos e Comissionados do Poder Legislativo e aos Policiais Militares lotados no Gabinete Militar da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Auxílio-Creche.

Art. 2º Fica acrescido ao Art. 1º da Resolução nº 08, de 29 de junho de 2011, um § 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º O auxílio de que trata o caput deste artigo estende-se ao servidor cujo filho ou dependente seja considerado portador de necessidades especiais nos termos da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, desde que esteja regularmente matriculado em instituição de ensino, independente de idade e do período freqüentado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Valdir Rossoni
Valdir Rossoni
Presidente

Plauto Miró Guimarães Filho
Plauto Miró Guimarães Filho
1º Secretário

Reni Pereira
Reni Pereira
2º Secretário



JUSTIFICATIVA

A proposta de alteração da Resolução 008/11, tem por objetivo ampliar o benefício nela previsto, mediante a alteração da redação do seu artigo 1º, "caput" e a inclusão de novo parágrafo neste artigo.

Com a alteração proposta o Auxílio Creche alcançará também os servidores cujos filhos ou dependentes tenham necessidades especiais e também os policiais militares lotados no Gabinete Militar da Presidência.

Pravito
Confereci



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14

PARECER

Projeto de Resolução nº 026/11

Autor: Comissão Executiva

Súmula: Dé nova redação ao caput do artigo 1º e acrescenta o parágrafo 3º ao mesmo dispositivo da Resolução nº 008/11.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva visa ampliar o benefício concedido na Resolução 08/11, mediante a alteração do seu artigo 1º, "caput" e a inclusão de novo parágrafo neste artigo. Com a alteração proposta o Auxílio Creche alcançará também os servidores cujos filhos ou dependentes tenham necessidades especiais e também os policiais militares lotados no Gabinete Militar da Presidência.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, assevera-se a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Destarte, o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis afirma que é de competência da Mesa Executiva administrar a Assembleia Legislativa e iniciar o processo legislativo sobre a matéria abordada no presente projeto de lei:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

II – administrar a Assembleia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

b) organização dos serviços administrativos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

15

Não obstante, a Constituição do Estado do Paraná estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Superada questões ligadas à iniciativa de propositura do presente Projeto, resta, por fim, constatar que o PROJETO DE RESOLUÇÃO é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do **REGIMENTO INTERNO**:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre as quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais com (...)

Além disso, o projeto de resolução em tela respeita a Portaria nº 3.296/86 do Ministério de Estado do Trabalho, que autoriza as empresas e empregadoras a adotar o sistema de Reembolso-Creche, em substituição à exigência contida no §1º do art. 389, da CLT, observe-se:

Art. 1º - Ficam as empresas e empregadores autorizados a adotar o sistema de Reembolso-Creche, em substituição à exigência contida no § 1º, do art. 389, da CLT, desde que obedeçam as seguintes exigências:

I - o reembolso-creche deverá cobrir, integralmente, despesas efetuadas com o pagamento da creche de livre escolha da empregada-mãe, ou outra modalidade de prestação de serviço desta natureza, pelo menos até os seis meses de idade da criança, nas condições, prazos e valor estipulados em acordo ou convenção coletiva, sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

16

II - O benefício deverá ser concedido a toda empregada-mãe, independente do número de mulheres do estabelecimento, e sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade.

III - As empresas e empregadores deverão dar ciência às empregadas da existência do sistema e dos procedimentos necessários para a utilização do benefício, com a afixação de avisos em locais visíveis e de fácil acesso para os empregados.

IV - O reembolso-creche deverá ser efetuado até o 3º (terceiro) dia útil da entrega do comprovante das despesas efetuadas, pela empregada-mãe, com a mensalidade da creche.

Ademais, deve-se observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, que traz a exigência que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, devidamente apresentado à época da apresentação do projeto que originou a Resolução de nº 08/11.

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução é revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 18 de 10 de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR



PEDRO LUPION
Deputado Estadual - PC

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/11

O presente Projeto de Resolução nº 026/11, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró e Reni Pereira, objetiva dar nova redação ao *caput* do art. 1º e acrescenta o parágrafo 3º ao mesmo dispositivo da Resolução nº 008/11. A proposta em tela tem por escopo estender o benefício aos Policiais Militares lotados no Gabinete Militar da Presidência desta Casa de Leis, e ainda, alcançar com o benefício, os servidores que tenham filhos ou dependentes portadores de necessidades especiais.

Constatamos na análise efetivada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a existência do devido parecer favorável, quanto aos aspectos legal, constitucional e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada a opinar conforme determina o art. 33-B do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, observa a existência de declaração de disponibilidade financeira e orçamentária, assinada pelo Diretor Financeiro, Senhor Sergio Brun, e pelo Diretor Geral, Senhor Benoni Constante Manfrin, ambos desta Casa de Leis, onde constata-se a previsão na dotação orçamentária Pessoal e Encargos Sociais 31-90-1100 e disponibilidade financeira para atender as despesas do exercício de 2011, decorrentes do proposto pelo Projeto em questão.

De igual modo, a despesa tem adequação orçamentária conforme o art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, apresentado quando da tramitação e consequente aprovação de Projeto de Resolução, transformando-se em Resolução nº 008/11.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diante do exposto, esta Comissão opina pela sua aprovação, e o devido encaminhamento aos demais órgãos desta Casa de Leis, para a devida decisão finalística.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em

26/10/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

Projeto de Resolução nº 028/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 OUT. 2011

Ruy
1º Secretário

Súmula: Institui no âmbito do Poder Legislativo o Auxílio-Alimentação.

Art. 1º Fica instituído Auxílio-Alimentação, a ser pago mensalmente, aos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa.

às **§ 1º.** O Auxílio de que trata esta Resolução possui natureza indenizatória e não é extensível aos proventos de aposentadoria, pensões e aos servidores em disponibilidade, em gozo de licença sem vencimentos para tratamento de interesses particulares, em licença remuneratória para fins de aposentadoria, ou que estejam cumprindo pena de suspensão.

§ 2º O Auxílio-Alimentação será pago aos Policiais Militares lotados no Gabinete Militar da Presidência da Assembleia Legislativa.

Art. 2º Considerar-se-á, para efeito de pagamento do Auxílio-Alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

Parágrafo Único. A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas injustificadas.

Art. 3º O auxílio-alimentação de que trata esta Resolução, não será:

I – incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II – configurado como rendimento tributável;

Luiz *Amato*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

III – base de cálculo de contribuição previdenciária; e

IV – caracterizado como salário-utilidade ou prestação in natura.

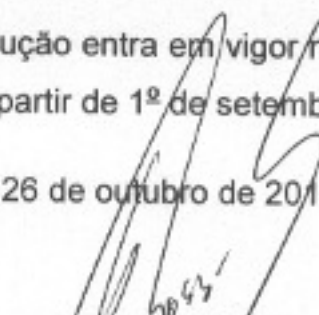
Art. 4º O auxílio-alimentação de que trata esta Resolução é fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e será revisto por ocasião da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo.

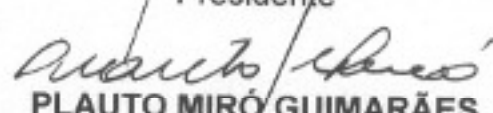
Art. 5º As despesas desta Resolução serão custeadas com recursos orçamentários do Poder Legislativo.

Art. 6º Ficam revogadas as Resoluções nºs 001/1960, 037/1972 e 339/1977 e o Art. 13, da Resolução nº 002/1964.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2011.

Sala das Sessões 26 de outubro de 2011


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º Secretário


RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução apresentado tem por objetivo instituir um Auxílio-Alimentação a ser destinado aos servidores da Assembléia como forma de: (i) minimizar o impacto decorrente do fechamento do restaurante e da dificuldade da instalação de outro, de natureza comercial, no âmbito do espaço físico da Assembleia; e (ii) propiciar uma indenização, mesmo que parcial, em favor dos servidores, pelo dispêndio a que estão obrigados em face da necessidade de fazerem suas refeições fora do lar, dado ao exíguo período de intervalo para refeições.

De outro lado a medida possui caráter social de grande impacto pelo fato de que: (i) universaliza, em favor de todos os servidores, um auxílio que era, precariamente subsidiado pela cessão do espaço ao restaurante comercial que, segundo avaliação, era inapropriado; (ii) permite ao servidor optar por fazer suas refeições em lugares diversos sem que isso represente um impacto expressivo em sua renda e (iii) faz com que a Assembleia esteja em uma situação similar a dos demais empregadores que, de forma generalizada, vêm concedendo o Auxílio-Alimentação, atendendo a dispositivo constitucional.

Por fim, a Proposição revoga a previsão de pagamento do chamado Abono Natalino. Esta vantagem, como evidenciado no Parecer nº 926/11-PG/ALEP, da Procuradoria desta Casa, se constituía em um "*bis in idem*", se considerarmos que os servidores passaram a receber o 13º salário que, por ocasião da sua implantação, em 1983, tinha também o objetivo de absorver o abono natalino - até então concedido aos servidores estatutários.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

Por outro lado, nos termos do Parecer da Procuradoria, o Abono Natalino também tinha sua legitimidade potencialmente maculada pelo fato de que, a legislação que o instituiu e, posteriormente, atualizou seus valores, previa a sua indexação ao salário mínimo, ferindo a Constituição além do que, sendo uma verba instituída anteriormente ao Ordenamento Constitucional vigente, não foi recepcionada pela atual constituição.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa.



REQUERIMENTO

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLAR-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL EM 24H INCLUIR NA
SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DO

PRESIDENTE

31 OUT 2011

SÚMULA: Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 01 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº. 28/11.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a transformação da Sessão Plenária do dia 01 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 28/11, que institui no âmbito do Poder Legislativo o auxílio alimentação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2011.

Deputado Estadual

Deputado Estadual

Handwritten signatures and notes:

- 08
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- 65
- 66
- 67
- 68
- 69
- 70
- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 80
- 81
- 82
- 83
- 84
- 85
- 86
- 87
- 88
- 89
- 90
- 91
- 92
- 93
- 94
- 95
- 96
- 97
- 98
- 99
- 100



OF/CTL/CC nº 127/2010

I - Protocolo nº

II - ANEXO OFS. 217/10-67 e
COE/CC 2076/10
Curitiba, 06 de julho de 2010III - À D.A. PARA AUSEM RECORRIDO O
DECLARAR NO EXPEDIENTE

Senhor Presidente,

IV - ENCAMIHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA - CCT, PARA APROVAÇÃO DA
LEGISLATIVA. 06/07/2010

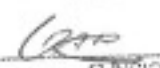
Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/10 - DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/2010, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL - FERROSUL S.A., modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, autorizar que o referido órgão permita a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como também pretende que a FERROSUL S.A. - diversifique as atividades, sendo uma delas, a exploração comercial das vias e terminais ferroviários e sistemas logísticos nas fronteiras e limites entre Estados e Territórios.

Em que pese, a proposta ter sido apresentada pelo Poder Executivo a essa Casa, o Projeto de Lei aprovado é inconstitucional, tendo-se em vista que a alínea "d" do inciso XII do artigo 21 da Carta da República, assevera que a competência é da União para legislar sobre o tema, especialmente sobre a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponha os limites dos Estados. Vejamos o texto constitucional:

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão:d) os serviços de transporte ferroviário e
aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras
nacionais, ou que transponham os limites de
Estado ou Território.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 13260
EM 16/08/10

FUNÇÃOÁRIO

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. nº 7.758.752-7





Ademais, quando se trata de exploração que transponham os limites de Estados Federados ou de Territórios, as regras são ditadas também pela União, restando evidenciado que o Projeto de Lei fere a Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná manifestou-se, em despacho nº 415/2010 – PGE, dizendo que: "IV. De fato, verifica-se incongruência entre o conteúdo das sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Codesul nº 1.042/09 e o Projeto de Lei, eis que daquela constou que a participação dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seria igualitária na FERROSUL, enquanto que o Projeto de Lei nº 127/10 apenas autoriza a alteração da denominação da FERROESTE, a permissão da participação acionária dos Estados da Codesul na FERROESTE e altera o artigo 3º da Lei nº 9.892/91. Nada dispõe referido projeto sobre a viabilização desta participação igualitária."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

ORLANDO PESSUTI
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL



Palácio das Araucárias – Curitiba, 3 de setembro de 2010
OF CEE/CC 2076/10

Protocolo n.º 10.620.715-1

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Excelentíssimo Senhor Governador enviou a essa Assembléia Legislativa do Estado, por meio do OF/CTL/CC n.º 127/10, de 06/07, em anexo, as razões do veto ao Projeto de Lei 127/10, por considerar a medida inconstitucional.

Entretanto, Senhor Presidente, Vossa Excelência não conheceu as razões do veto por entender que são intempestivas.

A esse respeito, temos a considerar o seguinte.

A Constituição do Estado do Paraná, acerca do tema, traça o entendimento que segue, em seu art. 71 e §§. Vejamos:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

§ 2.º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3.º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, o silêncio do Governador importará em sanção.

§ 4.º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(JM)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2400 Fax: 41 3252 2381 / 3254 7345 / 3254 4299



CASA CIVIL

Cont. OF CEE/CC 2076/10

fl.02

§ 5.º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 6.º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4.º, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7.º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador do Estado, nos casos dos §§ 3.º e 5.º, o Presidente da Assembleia Legislativa a promulgará; e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Primeiramente, pode-se afirmar que, se decorridos os quinze dias, sem a manifestação pelo veto ou sanção ao Projeto de Lei, por parte do Governador do Estado, considerar-se-á sancionado. Inteligência do § 3.º do art. 71 da Constituição Estadual.

Entretanto, esse Poder Legislativo assim não entendeu, tanto que nenhuma medida foi tomada para considerar que o Projeto de Lei deveria ser convertido em lei, mesmo transcorrido o prazo constitucional. **A intempestividade também é deflagrada no âmbito da Assembleia Legislativa.**

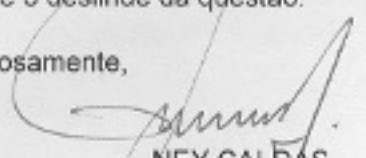
Destarte, pode Vossa Excelência conhecer das razões de veto enviadas a esse Poder e com fulcro no § 7.º acima citado, assim como nos termos do art. 213 e seus parágrafos, do Regimento Interno dessa Casa, **visto que a intempestividade ocorreu também dessa parte, por não promulgar a lei, como a Carta Estadual.**

Nesse sentido, o STF entendeu:

Na dúvida se está ou não dentro do prazo do veto aposto pelo Poder Executivo, dever-se-á decidir em sentido afirmativo, porque assim se presume entender melhor a perfeição da lei, o que é do interesse de todos (STF – Pleno – RMS n.º 2.920/55 – Rel. Min. Mário Guimarães, Informativo STF, n.º 219/181).

Com isso, as razões de veto ao Projeto de Lei 127/2010, seguem para a apreciação das Comissões competentes para pareceres conclusivos e, em seguida, ao Plenário, que decidirá sobre o deslinde da questão.

Atenciosamente,


NEY CALDAS
Chefe da Casa Civil



OF/CTL/CC nº 127/2010

Curitiba, 06 de julho de 2010

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/10 – DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/2010, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A, modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996, **autorizar que o referido órgão permita a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como também pretende que a FERROSUL S.A. - diversifique as atividades, sendo uma delas, a exploração comercial das vias e terminais ferroviários e sistemas logísticos nas fronteiras e limites entre Estados e Territórios.**

Em que pese, a proposta ter sido apresentada pelo Poder Executivo a essa Casa, o Projeto de Lei aprovado é inconstitucional, tendo-se em vista que a alínea "d" do inciso XII do artigo 21 da Carta da República, assevera que a competência é da União para legislar sobre o tema, especialmente sobre a exploração dos serviços de transporte ferroviário que transponha os limites dos Estados. Vejamos o texto constitucional:

Art. 21. Compete à União:

*XII - explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão:*

*d) os serviços de transporte ferroviário e
aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras
nacionais, ou que transponham os limites de
Estado ou Território.*

Excelentíssimo Senhor
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. nº 7.758.752-7



Ademais, quando se trata de exploração que transponham os limites de Estados Federados ou de Territórios, as regras são ditadas também pela União, restando evidenciado que o Projeto de Lei fere a Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná manifestou-se, em despacho nº 415/2010 – PGE, dizendo que: “IV. De fato, verifica-se incongruência entre o conteúdo das sugestões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Codesul nº 1.042/09 e o Projeto de Lei, eis que daquela constou que a participação dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seria igualitária na FERROSUL, enquanto que o Projeto de Lei nº 127/10 apenas autoriza a alteração da denominação da FERROESTE, a permissão da participação acionária dos Estados da Codesul na FERROESTE e altera o artigo 3º da Lei nº 9.892/91. Nada dispõe referido projeto sobre a viabilização desta participação igualitária.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

ORLANDO PESSUTI
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/10

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/10

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO 127/10

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº127/10 de autoria do Poder Executivo, que constitui a Ferrovia da Integração do Sul – FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo que, constitui a Ferrovia da Integração Social – FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, que considerou o Projeto de Lei inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

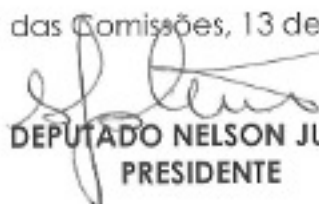
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.


CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR


Cesar
Silvestri
relator



Projeto de Lei nº 127/10
(Autoria do Poder Executivo)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A – FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A, modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 79, de 02 de dezembro de 1996.

Art. 2º Fica a FERROESTE autorizada a permitir a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como celebrar acordo de acionistas para a finalidade de assegurar a participação das referidas unidades federativas nos órgãos de administração e fiscalização da Empresa.

Art. 3º O artigo 3º da Lei 9.892/91 que passa a vigorar com a nova redação e acresce parágrafo único ao referido artigo.

“Art. 3º O ramo de atividade da Ferrovia da Integração do Sul – FERROSUL S.A será de planejamento, construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias, terminais ferroviários e sistemas logísticos nacionais, de silos e sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, minerais e industriais em geral, bem como transporte regular de passageiros e turístico, mediante concessão ou autorização de autoridade competente.

Parágrafo único. Mediante acordos internacionais, a FERROSUL S.A poderá, com exclusividade ou em associação com outras empresas nacionais, de outros países ou internacionais, exercer o seu ramo de atividade em outros países, bem como associar-se a empresas de outros países ou internacionais em território brasileiro”.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 127/10 – fls. 02.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de junho de 2010.



NELSON JUSTUS
Presidente



ALEXANDRE CURI
1º Secretário



VALDIR ROSSONI
2º Secretário